

A Poética da Ética



António João Maia

Publicado no Jornal Expresso Online
03/09/2020

Evolução da pandemia – para grandes males, grandes remédios

Há dias fui (fomos todos) confrontado com notícias da existência de uma espécie de onda de manifestações nas ruas das principais cidades europeias (Paris, Londres, Berlim, entre outras – parece que Portugal escapou um pouco a esta verdadeira “onda de loucura”) contra a utilização de máscaras bem como contra o cumprimento de outras medidas de controlo da disseminação do vírus da Covid-19, com o simples pretexto (este é o argumento indicado pelas notícias) que toda esta circunstância da pandemia esteja a ser utilizada pelos Governos e pelas estruturas de governação dos Estados como uma espécie de subjugação das pessoas à tirania dos poderes, particularmente dos poderes políticos.

Confesso que fiquei boquiaberto com tais notícias e com as imagens que as acompanhavam. Os manifestantes, nalguns casos com dimensão expressiva, de vários milhares de pessoas, gritando palavras de ordem e empunhando cartazes com mensagens fortes, como é habitual nestas coisas, não faltando sequer as habituais cenas de confronto, de pancadaria para ser mais preciso, com as autoridades policiais.

E a minha perplexidade aumentou ao verificar que afinal de contas as imagens mostravam que alguns dos manifestantes continuavam a utilizar as suas próprias máscaras protectoras, num sinal no mínimo

contraditório, mas que não deixa de retratar o modo como estes “movimentos reaccionários” são dinamizados, como se arregimentam pessoas para participarem acriticamente na defesa de causas, apenas para fazerem número e ruído, em verdadeiras lógicas de “carneirada”.

Acredito que a opção por estas soluções não tem sido tomada de ânimo leve por nenhum político, pois desde o início se percebeu que os seus custos iam ser (já estão a ser) muito pesados

Bom, mas não é esta dimensão que hoje nos importa explorar.

A reflexão que o cenário descrito me suscitou prende-se com outra ordem de factores. Prende-se com o interesse colectivo, com a sua importância e com a forma como tem de ser assumido e vivido por todos, para que adquira sentido e seja coerente e para que, com sentido e coerência, alcance a sua importante função na sociedade.

Mas antes de chegarmos lá, façamos uma rápida revisão do que se está a passar.

O contexto de pandemia provocado pelo vírus da Covid-19 veio

revolucionar a nossa existência. De repente vimo-nos confrontados com uma espécie de ameaça global que coloca em causa as nossas vidas, provocando insegurança, sofrimento, dor e morte – sim, nunca é demais dizer que este vírus provoca a morte, sobretudo aos mais idosos. E bastará revermos as notícias e as imagens de enorme sofrimento que se viveram aqui na Europa, sobretudo na Itália e em Espanha, e se vivem agora no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos, para percebermos que não estamos perante nenhuma “brincadeirinha”, nem “constipaçãozinha”, como alguns “políticos de pacotilha” insistem em defender, nem sequer perante nenhuma “conspiração”, apesar de todo o cenário por vezes se assemelhar a isso.

Neste enquadramento, com o vírus a alastrar rapidamente por todo o mundo, com efeitos e impactos fortíssimos aos mais diversos níveis, como os especialistas têm referido e como vimos anteriormente em [a Covid-19 ou o fim do mundo como o conhecemos](#) e em [A irreal realidade surreal em que vivemos](#), é de todo natural assistirmos à tomada de soluções “radicais” pelos governantes de todos os países no sentido de conter tanto quanto possível esta propagação (que na Europa ameaça agravar-se nos próximos meses).

Acredito que a opção por estas soluções não tem sido tomada de ânimo leve por nenhum político,

pois desde o início se percebeu que os seus custos iam ser (já estão a ser) muito pesados. Por isso a necessidade de utilização da máscara – para prevenir a disseminação do vírus através das vias respiratórias, porta principal de infecção no corpo humano – e de confinamento das pessoas aos seus redutos familiares, com fortes restrições de circulação pública – para reduzir ao máximo essas mesmas possibilidades de disseminação –, pelo menos enquanto não for encontrada uma solução mais radical para fazer frente ao vírus e que passará pela descoberta de uma vacina (é isso que os cientistas nos dizem).

Apesar de pouco entender de vírus e de virologia, confesso que as explicações que têm sido apresentadas me parecem suficientemente claras para entender a racionalidade e a razoabilidade das medidas adoptadas e da sua necessidade.

Se o vírus se propaga rapidamente entre os humanos, sobretudo através das vias respiratórias, e se provoca a sintomatologia e os efeitos que se conhecem sobre o corpo humano, então, pelo menos até ao momento em que se conheça um antídoto eficaz, o melhor que se poderá fazer é tomar medidas que reduzam os contactos entre os humanos.

Trata-se afinal de uma solução de prevenção de riscos, que parece obviamente clara e adequada, como me parece igualmente clara a necessidade de os governantes terem de “impor” estas medidas como modo de evitar que a sua adopção fique desde logo dependente do livre arbítrio de cada um, do desconhecimento, da incúria, da teimosia, ou mesmo de devaneios ou até de outras motivações pessoais inconfessáveis e mais ocultas, que coloquem irremediavelmente em risco a vida de todos, que possam fazer perigar o supremo interesse colectivo.

É que viver em sociedade é antes de tudo o mais ter a capacidade para perceber que dependemos todos uns dos outros e que a vida

em grupo requer responsabilidade, compromisso e confiança.

E que só com a responsabilidade e o compromisso de todos se alcança a confiança, valores fundamentais para enfrentarmos os problemas maiores que este vírus e a pandemia que causou nos estão a deixar à porta.